

Iniciativas na área de segurança e defesa do Atlântico Sul no âmbito das relações Sul-Sul

Fernanda Pacheco de Campos Brozowski

Vínculo Institucional: Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PEPI-UERJ

Resumo:

Nos últimos anos, evidenciou-se um aumento relevante da importância do Atlântico Sul como espaço prioritário para os interesses do Brasil e a segurança regional. Nesse período, destacam-se iniciativas como: a incorporação da África ocidental ao “entorno estratégico” brasileiro; o incentivo a pesquisas na área de ciências do mar, a ampliação de acordos de cooperação e o fortalecimento de programas regionais e inter-regionais relacionados à Defesa. Neste trabalho exploraremos as ações na área de Segurança e Defesa mais relevantes no âmbito das Relações Sul-Sul e procuraremos dimensionar os impactos que a projeção de atores regionais sobre o Atlântico Sul tem na geopolítica global.

Palavras-chave:

Relações Sul-Sul – Atlântico Sul – Defesa e segurança

Abstract:

In recent years, there has been a significant increase in the importance of the South Atlantic as a priority area for Brazil's interests and for regional security. In this period, initiatives were highlighted such as: the incorporation of West Africa into the Brazilian "strategic environment"; the encouragement of research in the area of marine science, the expansion of cooperative agreements and the strengthening of regional and interregional programs related to defense. In this paper, we will explore initiatives in the area of Security and Defense most relevant in the context of South-South relations and try to measure the impact that the reach of regional actors on the South Atlantic has on global geopolitics.

Key words:

South-South relations – South Atlantic – Defense and security

A revalorização do Atlântico Sul

Em face do acirramento da disputa global por fontes minerais e energéticas e da crescente valorização do mar como nova fronteira exploratória de recursos naturais, o Atlântico Sul está voltando a se apresentar como uma área relevante no cenário geopolítico internacional. A fração sul do Atlântico vem transformando-se em uma zona de projeção de poder de potências externas em virtude da grande magnitude de suas reservas petrolíferas, da existência de riquezas minerais estratégicas presentes na Área e do ressurgimento das rotas sul-atlânticas como importante via de comunicação e intercâmbio mundial. Além disso, o fortalecimento do interesse pelos recursos da Área tem intensificado a já existente ação das grandes potências no sentido de expandir e manter o controle de ilhas e zonas estratégicas na região (Malvinas, Antártida, Cabo da Boa esperança, Passagem de Drake, etc.). Esses territórios, além de serem pontos de apoio para possíveis operações militares, permitem aumentar a viabilidade de exploração dos fundos oceânicos.

No marco da Guerra Fria, o Atlântico Sul voltou a ganhar importância geopolítica, principalmente após o governo egípcio ter nacionalizado o Canal de Suez e a União Soviética ter aumentado sua presença na África. Diante destas ameaças, os tradicionais atores externos procuraram reavivar sua presença na região. Os Estados Unidos, para se protegerem de um possível ataque soviético e projetarem poder sobre o continente americano, difundiram o TIAR¹ como política de defesa hemisférica e buscaram enquadrar os países sul-americanos à sua estratégia de segurança e defesa nacional. A Inglaterra, para salvaguardar o seu acesso aos recursos energéticos do Oriente Médio, reativou a Rota do Cabo e estabeleceu o *Simonstown Agreement* (1955) com a

África do Sul como política para garantir a defesa desta via de comunicação. Além disso, através de acordos bilaterais diretos e por meio da OTAN, ingleses e norte-americanos se associaram para fortalecer sua supremacia militar nas águas sul-atlânticas. Prova mais patente desta associação foi o apoio dispensado pelos Estados Unidos à Inglaterra na Guerra das Malvinas.

Com o fim da Guerra Fria, esperava-se que a presença militar destes dois países no Atlântico Sul diminuísse, no entanto, o que se viu foi exatamente o contrário. Além de manterem as constantes operações de suas forças navais em águas sul-atlânticas, no ano de 2008 os norte-americanos reativaram a IV Frota e criaram o comando AFRICOM e os ingleses tornaram as Malvinas uma base militar de elevado poder dissuasivo.

Nos dias atuais, o aumento da presença na região de países como China, França, Alemanha, Japão, Rússia e Índia também denota a crescente valorização das potencialidades do Atlântico Sul no cenário mundial. Cabe sublinhar que a China, nas últimas duas décadas, incorporou definitivamente a América do Sul e a África como área de influência de sua política externa. Apesar de sua projeção no Atlântico Sul ser menor que a norte-americana e a inglesa, em especial no campo militar, sua atuação na região tem sido considerada um forte fator de desestabilização da ordem econômica global.

O Brasil, a partir dos anos 70, em razão das descobertas de petróleo *offshore* e do crescimento do comércio exterior², passou a dar maior importância ao aproveitamento do potencial marítimo nacional em suas políticas estratégicas. No entanto, nos últimos dez anos, é possível perceber um despertar ainda maior do país para o Atlântico Sul. Nesse período, a região passou a ser

¹ Em 1947, no Rio de Janeiro, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um compromisso de defesa mútua entre 19 países americanos.

² Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (2014), 95% das transações comerciais do Brasil com o exterior são realizadas por via marítima.

caracterizada em documentos oficiais do Estado³ como espaço prioritário para os interesses brasileiros de segurança e defesa. Além disso, tais documentos, ao proporem a inclusão da costa ocidental da África em seu entorno estratégico, também sinalizam as claras intenções do Brasil em reforçar sua presença na região.

Iniciativas regionais e inter-regionais desde o contexto da Guerra Fria

A primeira iniciativa que buscou unificar esforços militares de países das duas costas sul-atlânticas foi a Organização do Tratado do Atlântico Sul (Otas), lançada na década de 1960 pela África do Sul. No entanto, vários analistas não consideram essa proposta um projeto autônomo originado a partir das necessidades dos países da região. Segundo Sosa (1985) a criação da Otas estava norteada pelos objetivos colonialistas das metrópoles europeias, em especial a Inglaterra.

La acentuación de la lucha anticolonialista impelió al régimen salazarista de Portugal y al régimen racista de Sudáfrica a proyectar la creación de la OTAS. El argumento invocado era 'el expansionismo soviético'. El fundamento de dicho proyecto era buscar respaldo en los EUA y en Europa occidental para salvaguardar el colonialismo y el racismo en África meridional.

Apesar do aumento da influência da URSS na África, os Estados Unidos não respaldaram esse primeiro projeto e, inclusive, através da ONU, impediram sua consolidação. Entretanto, com o progressivo aumento da presença soviética no continente africano, os norte-americanos se viram impelidos a frear o avanço da URSS atuando em conjunto com a Inglaterra e a África do Sul.

Nos anos 1970, o colonialismo português se extingue com a emancipação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. O regime racista da África do Sul, em decorrência de seu isolamento, buscou fortalecer suas relações com os governos das ditaduras militares na América Latina. Foi assim que o governo argentino, articulado com a África do Sul, tentou constituir novamente a Otas, buscando o apoio do Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil. No entanto, o Brasil se opôs à criação do acordo. O governo brasileiro, sob a presidência de Ernesto Geisel, justificou a sua decisão alegando que as bases soviéticas na África, por sua distância, não representavam uma ameaça para os países latino-americanos e que, diante de um perigo real, o TIAR poderia ser acionado. Dentre os fatores que podem ter levado o governo brasileiro a rejeitar a proposta argentina, Sosa (1985) aponta os recentes vínculos comerciais do Brasil com diversos países da África negra. Além disso, circula na literatura acadêmica a hipótese de que a recusa brasileira também pode ser entendida dentro de um contexto de disputa por maior influência regional entre Brasil e Argentina.

Na década seguinte, o posicionamento dos Estados Unidos e da Otan ao lado dos ingleses na Guerra das Malvinas colocou em evidência a necessidade de os países sul-atlânticos estabelecerem projetos próprios de cooperação na área de defesa. Em 1986, durante o governo de José Sarney, o Brasil apresentou na Assembleia Geral das Nações Unidas a proposta de constituição da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) entre os países da costa ocidental da África e da América do Sul, que hoje somados totalizam 24 nações. O projeto foi aprovado com 124 votos a favor, 8 abstenções e 1 voto contrário dos Estados Unidos. O objetivo central do acordo, expresso na resolução 41/11, era a manutenção da paz e da segurança na região.

É interessante notar que, desde suas formulações iniciais, o projeto de criação da Zopacas não restringe seu plano de cooperação regional somente à área de Defesa. A

³ A saber, *Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa, VII Plano Setorial para os Recursos do Mar, Balanço de Política Externa* (2003-2010), *Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015*, entre outros.

proposta previa também o intercâmbio científico e tecnológico, inclusive no setor marítimo, e a colaboração na promoção do “desenvolvimento” dos países membros. Com o fim da Guerra Fria, o projeto incluiu em seus objetivos a pacificação da Angola, a democratização na América do Sul, a emancipação da Namíbia e a solução social para África do Sul. Em mensagem oficial enviada ao Congresso Nacional, em 2012, a Presidência da República também enquadra a revitalização da Zopacas entre as estratégias para conquistar o posto brasileiro no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2012, o Brasil continuará, em conjunto com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), a dar impulso às negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Promoverá o conceito de “responsabilidade ao proteger”, no contexto da proteção de civis em conflitos armados, e contribuirá para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (Zopacas). Integrada por 24 países latino-americanos e africanos, a Zopacas valoriza o espaço comum propiciado pelo Atlântico Sul em razão do grande potencial que encerra para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros, a ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-Membros. Busca, igualmente, sua consolidação como zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. (BRASIL, 2012c, p.329)

A reunião realizada em 2007, em Luanda, considerada o marco de uma revitalização do acordo, demonstra esforços no sentido de incentivar a cooperação Sul-Sul, estreitando as relações entre o Mercosul e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. A Marinha do Brasil também desenvolve já há anos diversas atividades militares de cooperação com países banhados pelo Atlântico Sul. A instituição brasileira realiza cursos, intercâmbios operacionais e exercícios navais conjuntos com nações latino-americanas e africanas. Com a Argentina, o

Uruguai e a África do Sul, efetua a operação Atlasur; e com este último país e a Índia, a IBSAMAR. Além disso, a Argentina e o Brasil executam outros cinco exercícios navais conjuntos.

Desde 2003, o Brasil tem ampliado o número de acordos de cooperação na área de defesa com diversos países da África. Entre os compromissos que o país assumiu podemos destacar: formação militar, como a constituição das Forças de Segurança de Guiné-Bissau e do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia; levantamento da plataforma continental da Namíbia e da Angola; doação de embarcações e uniformes para a Namíbia, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. A aproximação resultante destes acordos de cooperação também tem reforçado a demanda da produção industrial bélica brasileira. Angola, Namíbia e Guiné Equatorial têm feito encomendas a nossa indústria naval. Um projeto importante para o desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil e da África do Sul é a construção do “novo modelo de míssil ar-ar”. E nesse mesmo sentido, segundo o Itamaraty (BRASIL, 2011) ainda “estão em discussão possibilidades de trabalho conjunto em outros temas, como o desenvolvimento de avião cargueiro, de míssil terra-ar e de veículos aéreos não-tripulados”. Entre os projetos de capacitação da indústria de defesa nacional, cabe destacar ainda o projeto de construção do submarino de propulsão nuclear, iniciado em 2011, realizado em conjunto com a França.

No âmbito estritamente regional, na América do Sul, o projeto mais significativo é a criação do Conselho de Defesa Sul-americano, cujo estatuto foi aprovado na Cúpula da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2008. Esse organismo foi instituído com a intenção de unificar as ações regionais em matéria de defesa, ampliando as várias formas de intercâmbio nesta área e buscando criar estratégias conjuntas efetivas para combater ameaças comuns. De acordo com Williams Gonçalves (2011, p.146),

O Conselho representa uma vitória política porque ao regionalizar a cooperação na área de defesa, rompe com a tradição da concepção de defesa hemisférica. Por outras palavras, isso representa a exclusão dos Estados Unidos como formulador de política de defesa para a região. A região, assim, deixa para trás a ideia de defesa do Mundo Ocidental e passa a pensar a defesa a partir das ideias que tem sobre suas necessidades. Segundo essa nova concepção, torna-se muito importante a comunicação e a cooperação permanentes, de modo que o conceito de defesa seja a expressão da pura realidade do continente.

A partir dos anos 1970, segundo Wanderlei Messias da Costa (2012), o mar veio ganhando crescente importância nas políticas de Estado brasileiras em razão das descobertas de petróleo *offshore* – que alavancou significativos avanços na área de ciência e tecnologia – e do crescimento do comércio exterior (95% realizado por via marítima). No entanto, a recente e incisiva atuação do Brasil na promoção das iniciativas inter-regionais aqui mencionadas reflete um redespertar ainda maior para as potencialidades marítimas do país. Esta revalorização do Atlântico Sul nas políticas nacionais traduz, por sua vez, a reformulação das estratégias de desenvolvimento e defesa empreendida pelos governos vigentes na última década.

Podemos encontrar esta mudança formalizada em dois documentos oficiais do Estado, a II Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovados no Congresso Nacional em 2012. Ambos os documentos destacam a Amazônia e o Atlântico Sul como espaços prioritários para os interesses brasileiros de segurança e defesa. Além disso, deixam explícito que a extensão do entorno estratégico do Brasil deve abranger também a costa ocidental da África.

A END (BRASIL, 2012b), por exemplo, tomando em conta que “preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul”, sugere ser

necessário aumentar a “presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica”. Além disso, destaca o “estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro” como uma das oportunidades a serem exploradas. Para tanto, prevê não apenas atividades relacionadas a operações militares diretas, mas também ações que fomentem cooperações em áreas tecnológicas e produtivas estratégicas.

2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com a América do Sul e países limítrofes ao Atlântico Sul. 3. O Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa.

Na PND (BRASIL, 2012a), também fica expresso que “em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional”. Nesse documento, se manifesta mais claramente o interesse brasileiro em consolidar a África ocidental como área de influência.

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região.

Além disso, na PND, a importância dispensada ao fortalecimento das relações no ambiente regional e no entorno estratégico ganha referências mais concretas.

Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação interregionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas).

O conteúdo desses documentos oferece indicativos importantes sobre as disposições de projeção do Brasil no Atlântico Sul. No entanto, ao ampliarmos nossa análise para além do âmbito militar, veremos que esta projeção também responde a uma orientação de política externa que envolve outros domínios públicos e o setor privado. No campo diplomático, por exemplo, segundo Costa (2012, p.20), há expressivos avanços:

A ofensiva diplomática dos últimos anos tem logrado êxitos importantes, aprofundando relações com o grupo de nações lusófonas abrigadas na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e expandindo-as para outras, como a África do Sul e a Namíbia. Impulso relevante nesse processo também é dado pela extroversão recente de um seleto grupo de empresas brasileiras e pelo peso dos seus investimentos diretos estrangeiros na América do Sul e na África, neste caso com destaque para Angola.

Desde 2003, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil criou e fortaleceu vários mecanismos inter-regionais no cenário das relações Sul-Sul: neste mesmo ano, formou-

se o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS); em 2006, na I Cúpula América do Sul-África (ASA) foi criada o “Fórum de Cooperação América do Sul - África” (ASACOF); em 2011, o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China (BRIC) passou também a incorporar a África do Sul, tornando-se BRICS; entre outros. Cabe destacar que, em 2010, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estabelecida em 1996, aprovou sua Estratégia para os Oceanos. Segundo o Balanço de Política Externa (BRASIL, 2011):

O documento oferece uma visão integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respectivas jurisdições nacionais e determinou iniciativas específicas, como a elaboração de “Atlas dos Oceanos da CPLP”; a dinamização da cooperação para desenvolvimento dos respectivos projetos de extensão da plataforma continental, bem como da investigação científica e proteção ambiental associadas.

As intenções de projeção do Brasil no Atlântico Sul, seja por vias diplomáticas ou por meios militares, estão respaldadas pelo avanço obtido no bojo de diversos programas de pesquisa inscritos na área de ciências do mar. Em 1974, foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) com o fim de coordenar a execução das metas estabelecidas na Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Nesse documento, revisado e aprovado no ano de 2008, nos deparamos novamente com o reconhecimento da relevância da aproximação do país com a África atlântica.

Estudos de processos oceânicos e de fenômenos em larga escala, cujas atividades transcendem os limites jurisdicionais brasileiros, envolvem a cooperação internacional, propiciando a progressiva ampliação das linhas de fomento a projetos de larga escala, desenvolvidos no Atlântico Sul e Tropical. Assim, esse plano visa, também, à colaboração na implementação nacional de acordos e demais instrumentos jurídicos internacionais relativos aos

programas nele estabelecidos, bem como ao atendimento dos interesses do País, no cumprimento de compromissos assumidos com os organismos internacionais nos quais o Brasil faz parte, em especial naqueles que envolvam cooperações regionais no âmbito do MERCOSUL e com países da África Atlântica. (BRASIL, 2008)

No documento enviado ao Congresso em 2012, o governo brasileiro reitera seu interesse em dar impulso aos diversos programas coordenados pela CIRM.

Em 2011, o Governo deu continuidade às atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Governo influenciou na formação de recursos humanos e apoiou o desenvolvimento de pesquisas científicas no mar e na Antártida. (BRASIL, 2012c, p.137)

O Brasil possui programas que realizam estudos sobre as potencialidades contidas no espaço marítimo nacional e, também, as localizadas fora de sua jurisdição. No primeiro caso, podemos citar: o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva Brasileira (Revizee); o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac); o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade); os projetos da Petrobras relacionados ao desenvolvimento de tecnologia para a exploração e produção petrolífera em águas profundas⁴; o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (Remplac), entre outros.

No segundo caso, encontramos o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) e o Programa de Prospecção

e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea). Esses programas são estimados como empreendimentos fundamentais para promover uma inserção mais ativa do Brasil no mundo. O Proantar foi criado em 1982 e, por meio dele, o Brasil realiza pesquisas científicas no continente antártico, atividade que confere ao país o direito de participar como membro consultivo do Tratado da Antártida. A importância deste programa está claramente expressa no Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 (BRASIL, 2012b).

Este programa consolida a posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca de mudanças climáticas e do uso sustentável dos recursos do mar, com inovações tecnológicas propiciadoras de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio para a realização de pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente.

O Proarea é considerado um programa de ainda maior relevância para política externa brasileira devido a atual conjuntura de expansão da disputa global por recursos minerais presentes na Área. O documento que o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional em 2012, com o fim de prestar contas das principais iniciativas levadas a cabo até 2011, ressalta o peso do Proarea como política estratégica.

O Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea) é um importante instrumento para ampliar a presença brasileira naquela área e também para promover o desenvolvimento socioeconômico do País e contribuir para a inserção brasileira no cenário internacional. Foram realizadas, em 2011, duas expedições de pesquisas biológicas e coleta de rochas na Elevação do Rio Grande, coordenadas por pesquisadores e técnicos de diversas universidades brasileiras e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), das áreas de geociências e biologia. O resultado

⁴ Não podemos deixar de destacar que a Petrobras é hoje uma das líderes mundiais em tecnologias para exploração em águas profundas.

dessas expedições subsidiará a proposta brasileira para requisição de exploração mineral que será submetida à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), logo após a aprovação do código de exploração das crostas cobaltíferas. (BRASIL, 2012c, p.138)

Em julho de 2014, o Brasil se incorporou a um seleto grupo de países com autorização da ISBA para prospectar recursos minerais da Área. A proposta apresentada pelo CPRM ao órgão da ONU recebeu autorização para realizar pesquisas na Elevação do Rio Grande, área localizada em águas internacionais no Atlântico Sul.

Por fim, no Plano Plurianual 2012-2015, o Governo Federal também propõe o Programa temático Mar, Zona Costeira e Antártida como mais um instrumento para promover o progresso científico brasileiro e a atuação do país frente a organismos internacionais.

O Programa Mar, Zona Costeira e Antártida deve contribuir para consolidar a posição ativa do Brasil nas negociações globais sobre as mudanças climáticas. O Programa visa apoiar o uso sustentável dos recursos do mar e a realização de pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente. Além disso, deve promover a consolidação de uma Política Nacional de C,T&I para os Oceanos e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO). O INPO será um importante instrumento de execução da política nacional para o setor e contará com toda a infraestrutura necessária para promover a pesquisa científica e tecnológica de alta qualidade sobre os oceanos e suas interações com a atmosfera e com os continentes. (BRASIL, 2012d).

Considerações finais

Como podemos observar, nos últimos anos, o Estado brasileiro procurou reforçar sua presença no Atlântico Sul por meio do incentivo institucional às atividades de pesquisa e produção oceânicas, da ampliação

dos acordos de cooperação no cenário das relações Sul-Sul, da reativação da indústria naval nacional, do fortalecimento de programas inter-regionais na área de Defesa, etc. Essa postura evidencia o interesse do Brasil em alargar sua zona de influência política-econômica para além do cenário sul-americano, buscando incluir a costa ocidental da África em seu entorno estratégico. Ao fazer isso, o Brasil estará projetando poder sobre um espaço onde a cada dia cresce a atuação de poderosos *players* na geopolítica internacional, como a China, a Índia e a Rússia. Dessa forma, o país entra em uma esfera de atuação onde os projetos expansionistas de grandes potências e potências emergentes interagem mais intensamente.

A Otan tem sido um dos mecanismos utilizados para efetivar a presença militar de tal poder no Atlântico Sul e, como bem apontou Meira Mattos (1999), isso ficou evidente em 1999 na proposta de reformulação de seu Conceito Estratégico. Este reajuste ampliou a área de atuação geográfica e o escopo de ameaças da Otan, justificando, assim, intervenções em qualquer lugar do mundo contra uma ampla gama de inimigos pouco precisos.

Dez anos depois, em discurso proferido em 2010, o ex-ministro de Defesa, Nelson Jobim, também mencionou a ampliação do raio de atuação da Otan para fora do cenário europeu como um fator de risco para a defesa da região. Além disso, identificou no relatório de análise e recomendações sobre o Novo Conceito Estratégico da Otan, divulgado em 2009, outro indício importante da oposição estadunidense aos interesses do Brasil no Atlântico Sul: a concepção de bacia do Atlântico como um espaço único. Segundo Jobim (2010):

Vejo com reservas iniciativas que procurem, de alguma forma, associar o "Norte do Atlântico" ao "Sul do Atlântico" – esta, o "Sul", área geoestratégica de interesse vital para o Brasil. As questões de segurança relacionadas às duas

metades desse oceano são notoriamente distintas. O mesmo se diga sobre hipotético "Atlântico Central". Tais questões devem merecer respostas diferenciadas – tão mais eficientes e legítimas quanto menos envolverem organizações ou Estados estranhos à região.

Levando em conta a grande assimetria de capacidade de projeção de poder bélico existente entre o Brasil e os Estados Unidos e os países da Otan, qualquer ação brasileira no sentido de ampliar sua presença militar no Atlântico Sul é bastante limitada. Mesmo assim, o Estado brasileiro vem criando e reforçando mecanismos de defesa regional como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e o Conselho de Defesa Unasul. Deve-se considerar que essas ações repercutem em um ambiente onde o número de conflitos vem crescendo nas últimas décadas.

Conforme apontam diversos analistas da conjuntura internacional, como Michael Klare (2009) e Philippe Le Billon (2000), a atuação de grandes demandantes⁵ de fontes de energia e minérios na África ocidental vem crescendo substancialmente nos últimos anos e aponta para uma valorização do Atlântico Sul na geopolítica do petróleo e dos recursos estratégicos.

Há que se destacar que, ao buscar projetar-se de forma mais incisiva sobre o Atlântico Sul, o Brasil estende sua esfera de atuação para fora do âmbito regional e entra em uma órbita de ação onde a dinâmica competitiva do sistema interestatal capitalista é muito mais intensa. De acordo com Costa (2012, p.17), as chances de o Brasil se ver envolvido em diversos tipos de contendas aumentam à medida que for se fazendo cada dia mais presente no Atlântico Sul.

Essa nova dinâmica de relações envolve, num mesmo cenário, a convergência e a divergência de

antigos e novos objetivos estratégicos dos estados costeiros e outros de fora da região, e o resultado é que tem aumentado o potencial de fricções em geral sob a forma de litígios, conflitos diplomáticos e até enfrentamentos armados.

Hoje, frente ao aumento da margem de manobra dos países periféricos proporcionada pela relativa perda de poder de alguns importantes *players* globais, a América do Sul e a África Subsaariana ocidental têm por diante o desafio de buscar entender que lugar no tabuleiro geopolítico internacional elas podem vir a ocupar. A crescente tendência de valorização do Atlântico Sul na geopolítica mundial tem levado os Estados da costa atlântica sul-americana e africana a verem o fortalecimento do processo de integração regional e das relações inter-regionais como um quesito para o desenvolvimento cada dia mais necessário.

Do nosso ponto de vista, a compreensão da dimensão estratégica das riquezas presentes no sul do Atlântico é um elemento fundamental para se pensar caminhos possíveis de fortalecimento econômico e político para a América Latina e a África. Com este trabalho pretendemos também contribuir para enriquecer o atual debate acerca do significado das recentes descobertas petrolíferas da camada do pré-sal e estimular as reflexões em torno da construção de um projeto nacional de desenvolvimento industrializante e promotor da integração sul-americana e das relações sul-sul.

⁵ EUA, Índia e China, principalmente.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL (2008). VII Plano Setorial para os Recursos do Mar. Decreto nº 6.678, 8 dez. 2008. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6678.htm (acesso em: 28/03/2013).

_____. (2011) Ministério de Relações Exteriores. Balanço de Política Externa (2003-2010). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010> (acesso em: 30/02/2013).

_____. (2012a) Política Nacional de Defesa. Decreto nº 373, de 25 de set de 2013. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf> (acesso em: 28/04/2014).

_____. (2012b) Estratégia Nacional de Defesa. Decreto nº 373, de 25 de set de 2013. Presidência da República. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf> (acesso em: 28/04/2014).

_____. (2012c) Mensagem ao Congresso Nacional. Presidência da República. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/mensagem-ao-congresso-nacional-2012.zip> (acesso em: 28/03/2013).

_____. (2012d) Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Lei nº 12.593, 18 jan. 2012. Presidência da República. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2012_2015/lei/Lei12.593-2012.pdf (acesso em: 28/03/2013).

COSTA, Wanderley Messias (2012). *Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia*. Revistausp, nº95, set/out/Nov. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52234> (acesso em: 30/09/2013).

GONÇALVES, Williams (2011). "A Inserção do Brasil na América do Sul". *OIKOS*, vol. 10, n.2, Rio de Janeiro, pp.133-149, 2011. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/280/156> (acesso em: 16/12/2013).

KLARE, Michael. "There will be blood: political violence, regional warfare and the risk of great-power conflict over contested energy sources". In: LUFT, Gal; KORIN, Anne (eds). *Energy Security Challenges for the 21 st century*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

LE BILLON, Philippe. *The political economy of resource wars*. In: CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian (eds). *Angola's war economy. The role of oil and diamonds*. South Africa: Institute for Security Studies, 2000. Disponível em: <http://www.iss.co.za/pubs/books/Angola/3LeBillon.pdf> Acessado em: 08/03/2012.

MEIRA MATTOS, Carlos (1999). "A nova estratégia da OTAN". *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 38.

JOBIM, Nelson (2010). "O futuro da Comunidade Transatlântica". *Palestra no Instituto de Defesa de Lisboa*, 10 de set. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2010/mes09/o_futuro_da_comunidade.pdf Acessado em: 08/03/2012.

SOSA, Alberto Justo (1985). *¿El Atlántico Sur, OTAS o Zona de Paz?* Buenos Aires, AmerSur.